

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA****RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 19/2019/TCMPA, de 16 de dezembro de 2019.**

**EMENTA:** INSTITUI A OBRIGATORIEDADE E REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS DE ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO (PAF) NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ (TCMPA).

**O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma art. 2º, II, da Lei Complementar nº. 109, de 27 de dezembro de 2016 e art. 3º e 15, V e VII, do Regimento Interno (Ato nº. 16), por intermédio desta Resolução Plenária, de cumprimento obrigatório, e,

**CONSIDERANDO** o exercício da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública, de sua competência, conforme os artigos 70 e 71, inciso IV da Constituição Federal e artigos 115 e 116, inciso IV, da Constituição Estadual e Lei Orgânica do TCM/PA;

**CONSIDERANDO** a missão institucional desta Corte de Contas de assegurar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade, sob os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e moralidade, exercida mediante o Controle Externo da Administração Pública, com a finalidade precípua de aperfeiçoar o Estado brasileiro;

**CONSIDERANDO** a necessidade de alcançar maior eficiência, eficácia e efetividade nos resultados das fiscalizações do TCM/PA, alinhados ao Plano Estratégico 2015/2030 e as diretrizes de controle externo estabelecidas pela Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), inclusive o Marco de Medição do Desempenho dos Tribunais de Contas do Brasil (MMDTC);

**CONSIDERANDO**, ainda, a necessidade de normatizar e padronizar as atividades cotidianamente desenvolvidas, estabelecer critérios técnicos de seletividade para atuação e dar maior celeridade aos processos.

**RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica instituída a obrigatoriedade de aprovação e a regulamentação do **Plano Anual de Fiscalização -PAF**, no âmbito do TCM/PA, destinado à:

**I** - Estabelecer e fixar as diretrizes para as atividades de fiscalização (auditorias, acompanhamentos, inspeções, levantamentos e monitoramentos);

**II** – Otimizar os recursos humanos, financeiros e materiais no desenvolvimento do controle externo; e

**III** - Padronizar os processos e procedimentos de trabalho a serem adotados, com foco na eficácia, eficiência e efetividade das fiscalizações.

**Art. 2º.** O TCM/PA, por intermédio de seu colegiado e na forma de Resolução Administrativa, aprovará, anualmente, um Plano Anual de Fiscalização – PAF, com vigência para o exercício financeiro subsequente ao de sua aprovação plenária, adotando-se os seguintes critérios mínimos de desenvolvimento:

**I** - Elaboração de proposta conjunta, desenvolvida pelo Núcleo de Assessoramento Técnico – NAT e órgãos técnicos de controle externo, de acordo com a área de abrangência, sob a coordenação do primeiro;

**II** – Delimitação em segmentos de atuação do controle externo, distribuídos em áreas temáticas e transversais, no intuito de contemplar a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, comuns a todas as políticas públicas;

**III** - Inserção, mediante prévia aprovação do Tribunal Pleno, das fiscalizações advindas de fatos ou informações, excepcionais, relevantes e/ou urgentes que justifiquem a atuação imediata e concomitante do TCM/PA;

**IV** – Agregação das formas de análise de processos de atos de pessoal e o tratamento de estoque processual, se houver, entre outros;

**V** - Proposição, pelo NAT, ao Conselho de Controle Externo, até o último dia útil do mês de outubro de cada exercício, para conhecimento e manifestação, se necessário;

**VI** - Submissão, pelo Conselho de Controle Externo à Presidência do TCM/PA, até o dia 15 do mês de novembro



de cada exercício, para conhecimento e distribuição aos demais Membros do Colegiado;

VII - Aprovação pelo Tribunal Pleno, até a última Sessão Ordinária do mês de dezembro, de cada exercício.

**Parágrafo único.** Na eventualidade de não aprovação do PAF, na última Sessão Ordinária do mês de dezembro de cada exercício, caberá a Presidência convocar o Colegiado para realização de Sessão Extraordinária, ainda nesse mês ou, excepcionalmente, na primeira semana após a suspensão do recesso, no mês de janeiro subsequente.

**Art. 3º.** O PAF será monitorado e avaliado, semestralmente, pelo NAT que acompanhará o cumprimento das metas estabelecidas para cada exercício.

I – A primeira avaliação ocorrerá até o último dia útil do mês de junho, do exercício de execução.

II – Identificada a impossibilidade de atingimento das metas estabelecidas no PAF, no curso do monitoramento e avaliação previstos no *caput* deste artigo, competirá ao NAT, em conjunto com o Conselho de Controle Externo – CCE e área técnica específica, elaborar proposta de ajustes e/ou redimensionamento das metas.

**Parágrafo único.** As proposições previstas no inciso II, deste artigo, serão remetidas à Presidência ou Conselheiro-Relator, conforme o caso e ponto de readequação, objetivando sua submissão à aprovação pelo Tribunal Pleno, em caráter prioritário e fundamentando na exequibilidade temporal e material de cumprimento.

**Art. 5º.** As eventuais dúvidas atinentes a elaboração, aprovação e alteração do PAF serão dirimidas pelo Tribunal Pleno.

**Art. 6º.** Esta Resolução Administrativa entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 16 de dezembro de 2019.



**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 20/2019/TCMPA, de 16 de dezembro de 2019.**

**EMENTA:** ~~APROVA O PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO – PAF DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – TCMPA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020.~~

~~O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma art. 2º, II, da Lei Complementar nº 109, de 27 de dezembro de 2016 e art. 3º e 15, V e VII, do Regimento Interno (Ato nº. 16), por intermédio desta Resolução Plenária, de cumprimento obrigatório, e,~~

~~CONSIDERANDO, a missão institucional desta Corte de Contas de assegurar a gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade, sob os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, publicidade, impessoalidade e moralidade, exercida mediante o Controle Externo da Administração Pública, com a finalidade precípua de aperfeiçoar o Estado brasileiro;~~

~~CONSIDERANDO, a aprovação da Resolução Administrativa nº 19/2019 que instituiu a obrigatoriedade de aprovação e regulamentação do Plano Anual de Fiscalização – PAF, no âmbito do TCMPA; e~~

~~CONSIDERANDO, por fim, a proposta excepcionalmente encaminhada pelo Grupo Técnico de Trabalho, instituída nos termos da Portaria nº 1154/2019/TCMPA de 30/11/2019, devidamente apreciada pelo Colegiado, em Reunião Administrativa, realizada em 12/12/19, destinada a verificação dos critérios técnicos de seletividade e padronização de atuação do Controle Externo, no exercício de 2020.~~

**RESOLVE:**

~~Art. 1º. Aprovar o Plano Anual de Fiscalização – PAF 2020, do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, anexo a esta Resolução Administrativa, sendo dela parte integrante.~~

